## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

## SUBEMENDA SUBSTITUTIVA ADOTADA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SAÚDE AO PROJETO Nº 4.057, DE 2023

Apensados: PL nº 5.141/2023, PL nº 6.071/2023, PL nº 2.175/2024 e PL nº 80/2024

Altera dispositivos da Lei nº 14.819, de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, para inserir as comunidades acadêmicas das instituições de educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares e Acadêmicas.

§ 1º A política de que trata o caput constitui estratégia para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial no âmbito das instituições de ensino de todos os níveis.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes da comunidade escolar ou acadêmica:

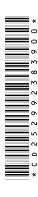
l	- (	estuc	dante	s da	educ	ação	basica	a e d	la ed	ucaçã	ao su	perio	r;	

III – demais profissionais que atuam na instituição de ensino;

 IV – pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na instituição de educação básica;

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares e Acadêmicas:





<ul><li>I – promover a saúde menta</li></ul>	al da comunidade e	escolar ou	acadêmica
--	--------------------	------------	-----------

II – garar	ntir aos integrantes da con	nunidade escolar ou	acadêmica o acesso à
atenção psicossocial;			

 IV – informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de cuidados psicossociais na comunidade escolar ou acadêmica;

.....

Art. 3º São diretrizes para a implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares e Acadêmicas:

I – participação da comunidade escolar ou acadêmica e da comunidade da
 localidade em que a instituição de ensino está inserida;

.....

III – ampla integração da comunidade escolar ou acadêmica com as equipes de atenção primária à saúde e de serviços de proteção social do território onde a instituição de ensino está inserida;

 IV – garantia de oferta de serviços de atenção psicossocial para a comunidade escolar ou acadêmica;

.....

Art. 6°-A. Para o cumprimento das disposições desta Lei, é facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer parcerias:

- I com entidades privadas visando ao desenvolvimento de projetos e programas voltados à saúde mental nas instituições de ensino da rede pública.
- II com programas de graduação e pós graduação em psicologia e serviço social, visando à integração de estagiários e à ampliação da disponibilidade desses serviços por meio de equipes multiprofissionais.

Parágrafo único. As parcerias de que trata o caput deste artigo poderão ser realizadas por meio da concessão de incentivos fiscais ou de bolsas de estudo, conforme estabelecido em regulamento.





Art. 6º-B. Fica criado o Selo "instituição Amiga da Saúde Mental", que seraça Art. 6°-B. Fica criado o Selo "instituição Amiga da Saúde Mental", que sera productivo às instituições educacionais que:

I – cumprirem as regras estabelecidas na presente Lei e na Política Nacional de Transportation de mental no ambiente de ensino. concedido pelo Poder Executivo às instituições educacionais que:

Saúde Mental;

práticas de saúde mental no ambiente de ensino.

Parágrafo único. O selo concedido terá validade de três ano	S.
	١R
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.

## **Deputado MAURÍCIO CARVALHO Presidente**



